

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Acordo com Petrobras prevê US\$ 9 bi por cessão onerosa	2
Título: Dodge volta a entrar em atrito com AGU sobre acordo com Petrobras	4
Título: AES Tietê fecha compra de complexo eólico da Renova	5
Título: Conclusões sobre Brumadinho devem ser conhecidas em seis meses	7
Título: CPI pede bloqueio de R\$ 5 bi	8
Título: Curtas	9
Título: CSN decide hoje se realiza emissão de bônus	10
Título: Previdência militar deve passar na Câmara	10
Título: Comissão Arns vê retrocessos com Bolsonaro	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Petrobrás vai receber R\$ 33 bi da União.....	15
Título: Petrobrás prepara oferta de R\$ 3 bi em debêntures.....	16
Título: » Bypass.....	18
Título: Preço do gás deve cair 50%, afirma Guedes.....	18
Título: Petrobrás acelera a venda de ativos.....	19
Título: Supremo manda soltar Aldemir Bendine.....	20
Título: Guedes diz que vai criar imposto único federal.....	21
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: Petrobras quer deixar concessões no Uruguai	23
Título: Petróleo não vem.....	24
Título: Dodge sugere que fundo da Lava Jato seja destinado à educação	24
Título: STF liberta Bendine, ex-presidente da Petrobras	25

Título: Goldman Sachs eleva projeções de preço do petróleo em 2019	26
Título: Governo apresenta em 20 dias plano de socorro a estados e municípios	27
Título: Estrangeiros vendem ações da Vale após tragédia	29
VEÍCULO: O Globo	29
Título: Acordo fechado	29
Título: Guedes promete gás de cozinha pela metade do preço em dois anos	32
Título: Isto pode, Petrobras?	33
Título: Supremo liberta ex-presidente da Petrobras	33
Título: Lava-Jato ainda quer repatriar R\$ 2,6 bi da Suíça	34
Título: Como perder os 100 primeiros dias	36
Autor: MANDA ALMEIDA	38
Título: CPI quer bloquear bens de ex-diretores da Vale	38
Título: 6 Infraestrutura	39
Título: Rio Grande do Sul	42
VEÍCULO: Correio Braziliense	45
Título: Preço do gás cairá pela metade, promete Guedes	45
Título: União pagará US\$ 9 bi à Petrobras	47

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/04/2019

Seção: Especial

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Acordo com Petrobras prevê US\$ 9 bi por cessão onerosa

O governo anunciou na noite de ontem que fechou com a Petrobras a revisão do contrato da cessão onerosa, assinado em 2010. Como resultado da negociação, a União pagará à estatal o valor de US\$ 9,058 bilhões - ao câmbio de R\$ 3,72 - no fim deste ano.

O fim das tratativas com a Petrobras foi anunciado pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, após reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O colegiado agendou um novo encontro, no dia 17 de abril, em que definirá novos detalhes da venda do volume excedente de óleo aos 5 bilhões de barris estipulados no contrato.

Albuquerque informou que o CNPE, na próxima semana, apresentará o valor do bônus de assinatura que será pago pelas maiores petroleiras do mundo, que já manifestaram interesse em participar da disputa. Estimativas preliminares indicam a possibilidade de a União arrecadar ao menos R\$ 100 bilhões no certame.

O megaleilão ofertará quatro áreas do pré-sal (Atapu, Búzios, Itapu e Sépia) pelo regime de partilha de produção. O CNPE manteve a previsão de realizar o certame no dia 28 de outubro. No dia 6 de junho, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) divulgará a minuta do edital, para que no dia 30 de agosto seja publicada a versão final.

O pagamento do bônus de assinatura está previsto para 13 de dezembro. O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, informou que a definição da data permite que os recursos entrem no caixa ainda no ano fiscal de 2019.

Waldery disse, em entrevista coletiva após reunião do CNPE, que o pagamento à Petrobras será operacionalizado "horas depois" ao depósito do bônus de assinatura.

O secretário afirmou que o pagamento da Petrobras está condicionado a uma arrecadação no leilão igual ou superior ao pagamento à Petrobras. Ao dizer isso, técnico do Ministério da Economia ressaltou que essa condição parte de uma avaliação conservadora.

Waldery lembrou dos números que apontam para a estimativa de arrecadação superior a R\$ 100 bilhões com o bônus. "O volume de óleo excedente deve ser acima de 10 bilhões de barris em campos altamente produtivos", afirmou Waldery. Disse que, apesar de o pagamento da Petrobras gerar uma despesa primária para Orçamento da União, o bônus produzirá uma receita primária muito maior.

Albuquerque afirmou que as negociações com a Petrobras para revisão o contrato da cessão onerosa se arrastavam desde 2013. Ele explicou que o governo seguiu a risca todo regramento legal, inclusive submetendo todos os termos do acordo ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Tanto o técnico da equipe econômica quanto o ministro disseram que o fechamento do acordo com a Petrobras e o leilão do excedente não dependem de aprovação de lei no Congresso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/04/2019

Seção: Política

Autor: Mariana Muniz | De Brasília

Título: Dodge volta a entrar em atrito com AGU sobre acordo com Petrobras

Em parecer enviado ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) na ação que questiona o acordo firmado entre a Petrobras e a força-tarefa da Lava-Jato, a Procuradoria-Geral da República (PGR) chamou de "inovação inaceitável" o entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU) de que a estatal era parte do esquema desbaratado pela operação, e não vítima.

"Em claro prejuízo para a Petrobras e para o Brasil, e de modo absolutamente desconectado com a causa de pedir e com o pedido feitos nesta ação, [a AGU] sugere que a Petrobras era parte do esquema de corrupção, quando, na verdade, dele foi vítima", disse a procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

No despacho, a PGR também discordou da AGU sobre a quem caberia firmar o acordo de leniência com a Petrobras - reavivando um desgaste antigo que existe entre as duas instituições a respeito da competência para a celebração desses acordos, e mostrando que a temperatura entre ambas está aumentando.

Na semana passada, o advogado-geral da União, André Mendonça, disse, também em manifestação sobre a criação do fundo bilionário anticorrupção, que a feitura de acordo de leniência que vincule todos os órgãos da administração pública federal é atribuição da Controladoria-Geral da União (CGU), e não do Ministério Público Federal (MPF).

"Outros atores públicos poderão aderir, ou, ainda, atuarem de maneira coordenada e compartilhada, mas sem jamais poder invadir ou usurpar as atribuições outorgadas por Lei à CGU."

Segundo Dodge, a afirmação da AGU de que a Petrobras era parte do esquema de corrupção teria "o declarado propósito processual de defender sua prerrogativa e sua legitimidade exclusivas para celebrar acordos de leniência". O que, segundo ela, nada tem a ver com a ação apresentada pela própria PGR no STF contra o fundo anticorrupção.

O MPF tem reconhecido, de acordo com Dodge, "que a Petrobras foi vítima de um esquema criminoso predatório", não sendo possível a comparação com

"empresas privadas corruptoras que formaram cartel para abocanhar contratos ilicitamente" como Odebrecht, UTC e Camargo Corrêa.

A rusga sobre a quem cabe celebrar os acordos de leniência no âmbito do Executivo opõe AGU e MPF desde o início da Lava-Jato. Em 2018, o primeiro grande acordo "global" - envolvendo MPF, AGU e CGU - foi anunciado como um avanço. Outros do mesmo porte, entretanto, ainda não decolaram.

Em outro capítulo da série recente de atritos entre os dois órgãos, a PGR enviou na segunda-feira ao STF manifestação em que reforça a contestação sobre os honorários que advogados públicos recebem em causas envolvendo a União, os chamados honorários de sucumbência.

Na ADI 6.053, ajuizada no fim do ano passado, o MPF defende a derrubada dos valores que membros da AGU recebem das partes vencidas, pagos como adicionais no salário - cada advogado público recebe até R\$ 8 mil a mais por mês. O caso está com o ministro Marco Aurélio Mello, e ainda não tem data para ser julgado.

No início de fevereiro, o advogado-geral da União defendeu que os advogados públicos, diferentemente de qualquer outra categoria de agentes do Estado, têm direito de receber pagamentos adicionais, inclusive sem observar limitações constitucionais, porque a fonte desse benefício seria de natureza privada.

Semana passada, foi a vez de o AGU dizer, em café da manhã com jornalistas, que a Constituição admite a indicação de membros de qualquer carreira do Ministério Público da União (MPU), e não necessariamente do MPF, para o cargo de procurador-geral da República.

Com a proximidade do término do mandato de Raquel Dodge e a escolha do novo PGR que se avizinha, a declaração não foi bem vista pelos procuradores da República - que têm se unido, pelo menos quanto a este ponto, para rechaçar de maneira enfática essa hipótese.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: AES Tietê fecha compra de complexo eólico da Renova

A AES Tietê celebrou ontem um acordo para aquisição do complexo Alto Sertão III, da Renova, por até R\$ 516 milhões, mais a assunção de R\$ 988 milhões em

dívidas financeiras. A conclusão do negócio foi antecipada pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, no meio da tarde.

O valor do negócio é de até R\$ 350 milhões pela Fase A do projeto, que terá 438 megawatts (MW) de potência, e que está em fase de construção, com as obras suspensas desde 2016 por falta de recursos. Outros R\$ 90 milhões se referem à Fase B, que envolve 305 MW de potência. Essa etapa do empreendimento deve ficar para o médio prazo.

A transação envolve ainda uma carteira de 1.100 MW em projetos desenvolvidos pela Renova mas ainda não contratados e nem em construção, por até R\$ 76 milhões. a depender de um processo de due dilligence.

Os valores acordados estão sujeitos a ajustes usuais neste tipo de operação, inclusive pela variação do capital de giro, além de possíveis acréscimos na forma de "earn out" se o desempenho da primeira fase exceder a referência assumida pelo projeto.

Depois da conclusão da operação, a AES Tietê vai convocar uma assembleia geral extraordinária (AGE) para deliberar sobre a aprovação da transação. Os acionistas dissidentes terão direito de recesso equivalente a R\$ 0,77 por ação ou R\$ 3,87 por unit.

A companhia de geração de energia deve ainda retomar uma oferta subsequente de ações ("follow-on"), segundo fontes com conhecimento da situação. A AES Tietê vinha preparando a operação ano passado, quando fez sua primeira oferta pelo complexo de geração eólica da Renova, mas acabou sendo suspensa depois que as negociações para compra do ativo esfriaram. O **Valor** apurou que a companhia pretendia levantar, na época, entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões para quitar a operação e fazer investimentos.

Ao fim de 2018, a alavancagem medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da AES Tietê estava em 2,99 vezes. No fim de março, o presidente da companhia, Ítalo Freitas, afirmou que várias possibilidades de alongamento do perfil de dívida estavam sendo avaliadas, incluindo ter ações preferenciais ou ter sócios a nível de projetos.

No caso da Renova, a venda do ativo será fundamental para que a companhia evite a falência. A primeira proposta da AES Tietê, apresentada no fim de 2018, foi rejeitada pelo seu conselho de administração. As sócios da companhia,

Cemig e Light, elaboraram uma reestruturação societária que vai permitir a saída da RR Comercialização de Energia e Participações, do empresário Renato Amaral, sem exigir desembolsos para isso.

Cemig e Light vão comprar ações da Renova hoje em titularidade de um fundo da RR e que representam cerca de 17% da companhia. O pagamento de cerca de R\$ 107 milhões será feito por meio de debêntures que serão emitidos pela própria Renova e subscritos pela Light e pela Cemig, no contexto de um reperfilamento da dívida da empresa de energia renovável com as duas sócias.

A Renova ficará com uma carteira de 6 mil MW de projetos desenvolvidos, e poderá executá-los quando houver condições de mercado adequadas para isso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Conclusões sobre Brumadinho devem ser conhecidas em seis meses

A Vale trabalha com um horizonte de prazo de seis meses para chegar a uma conclusão sobre as causas do rompimento da barragem I da mina de Córrego de Feijão, em Brumadinho (MG), em 25 de janeiro, segundo fontes ligadas à mineradora. "Apesar de todos os cuidados, existe o desejo de que o comitê [de apuração independente criado pela Vale] chegue rapidamente às causas e eventuais responsabilidades [do rompimento da barragem], mas não se quer um relatório que seja superficial", disse um interlocutor próximo da companhia.

O relatório em questão será produzido pelo Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração (CIAEA), criado pela Vale em 27 de janeiro, dois dias depois da tragédia. O comitê foi instituído para apoiar o conselho de administração da Vale na apuração de causas e eventuais responsabilidades de Brumadinho.

Em 30 de janeiro, a empresa anunciou que, depois de um processo de seleção liderado pela empresa Korn Ferry, o conselho de administração confirmou a nomeação da ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Ellen Gracie como coordenadora do comitê. A expectativa, segundo as fontes, é que a identificação das causas e de eventuais responsabilidades permita à companhia avançar em transformações necessárias na mineração daqui para frente.

Uma fonte ligada aos acionistas disse que será preciso rever o direcionamento estratégico da Vale, sobretudo como a empresa realiza suas operações e como continuará a produzir minério de ferro. O novo conselho de administração da companhia, a ser eleito no dia 30 deste mês, terá papel importante no trabalho de repensar a forma de fazer mineração de ferro. "O conselho terá que fazer uma reflexão estratégica sobre como sua atuação pode ser transformada para diminuir riscos tomados e criar um ambiente mais seguro para todos os 'stakeholders' [partes relacionadas]", disse a fonte.

O comitê de assessoramento e apuração, liderado pela ex-ministra do STF, é um dos três comitês criados pela Vale depois de Brumadinho. Os outros dois são o Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apoio e Reparação, coordenado por Leonardo Pereira, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e o Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Segurança de Barragens, liderado pelo engenheiro Flávio Miguez de Mello.

Em recente teleconferência com analistas, o diretor-executivo de finanças da Vale, Luciano Siani Pires, disse que o comitê de apuração busca uma validação externa à companhia, sobretudo da investigação forense, que se apoia em correspondências e na documentação interna da companhia. Siani disse ainda que o comitê de apoio e reparação, que tem feito visitas às comunidades afetadas, é formado por profissionais independentes, alguns dos quais tiveram experiências em ajuda humanitária em crises em outros países. Já o comitê de barragens, disse Siani, tem prestado assessoria para revisar, se necessário, as práticas de gestão de segurança de barragens. O executivo previu que os trabalhos dos três comitês devem se estender por, pelo menos, todo o ano de 2019 e os resultados, assim que forem obtidos, vão se tornar públicos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Renan Truffi e Vandson Lima | De Brasília

Título: CPI pede bloqueio de R\$ 5 bi

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho, do Senado Federal, aprovou ontem requerimento em que solicita bloqueio de bens de quatro dirigentes da cúpula da Vale no valor de R\$ 5 bilhões. O requerimento será encaminhado agora à Procuradoria-Geral da República (PGR), que, por sua vez, deve remeter o pedido ao juiz responsável pelo processo.

O pedido é de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e tem como alvo o diretor-presidente afastado, Fabio Schvartsman, e três integrantes do corpo diretivo: Peter Poppinga, diretor-executivo afastado de Ferrosos e Carvão; Lúcio Cavalli, diretor afastado de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão; Silmar Silva, diretor afastado de Operações do Corredor Sudeste.

O requerimento determina ainda que, caso os bens dos quatro executivos não somem, juntos, o montante de R\$ 5 bilhões, a companhia ficará responsável por complementar o restante. A quantia especificada é uma forma de tentar garantir às vítimas a indenização compatível com a tragédia. O pedido foi aprovado consensualmente pelos integrantes da CPI presentes na sessão de ontem.

Para chegar ao valor estipulado no requerimento, o senador Randolfe Rodrigues utilizou uma estimativa feita pela próxima Vale sobre o valor de cada vida humana perdida no caso do rompimento de uma barragem como a B1, na Mina Córrego do Feijão. A estrutura rompeu em 25 de janeiro, deixando ao menos momento 224 mortos e 69 desaparecidos.

"Há documento interno da empresa que indica o valor de US\$ 2,6 milhões a ser pago pela vida humana", cita o requerimento. "Utilizando-se tal valor para as 310 vidas, considerando-se os desaparecidos, chegaríamos ao valor de US\$ 806 milhões, que, no câmbio de 03.04.2019 resulta em R\$ 3,103 bilhões. Ao valor de R\$ 3,1 bilhões, o senador somou R\$ 1,9 bilhão para o ressarcimento de danos materiais. A somatória desses valores alcança os R\$ 5 bilhões solicitados pela CPI à Justiça.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/04/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério tem leve queda

Depois da forte alta verificada desde o início do mês, os preços do minério de ferro devolveram ontem pequena parte dos ganhos. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao recuou 0,5%, para US\$ 94,85 a tonelada, o segundo maior valor deste ano - a máxima, de US\$ 95,30 por tonelada, foi alcançada na segunda-feira. A commodity acumula ganho de 11,14% em abril.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/04/2019****Seção: Finanças****Autor: Daniela Meibak | De São Paulo****Título: CSN decide hoje se realiza emissão de bônus**

A emissão de bônus da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) pode ser feita hoje, segundo o **Valor** apurou. No início do dia, a empresa e os bancos coordenadores devem discutir a possibilidade de captação e, caso a operação seja lançada a mercado, poderá ser concluída ainda hoje.

De acordo com uma fonte, existe discussão sobre qual deve ser a remuneração dos papéis. Segundo o interlocutor, há uma diferença entre a percepção da empresa e do mercado sobre a melhora de risco de crédito da CSN, o que significa que os investidores estariam pedindo remuneração mais alta do que a siderúrgica pretende pagar. "Se for concluído que há possibilidade de um 'deal' nos termos que a companhia quer, a operação será lançada amanhã [hoje]", afirmou.

Na semana passada, a empresa anunciou uma série de encontros com investidores com o objetivo de levantar US\$ 750 milhões em títulos de sete anos. Com os recursos, a siderúrgica financiará a recompra de bônus que vencem em 2019 e 2020.

A operação está sendo coordenada por BofA Merrill Lynch, BB Securities, Bradesco BBI, J.P. Morgan, Morgan Stanley e Natixis.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/04/2019****Seção: Política****Autor: Fernando Exman | De Brasília****Título: Previdência militar deve passar na Câmara**

A proposta do governo Jair Bolsonaro para os militares no âmbito da reforma da Previdência deve ser aprovada, pela Câmara dos Deputados, exatamente nos termos em que foi enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional. A previsão foi feita na noite de segunda-feira pelo presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), segundo quem essa é a disposição majoritária entre seus pares.

"Passa do jeito que veio. Não vamos confrontar os militares. É ruim, mas passa do jeito que veio", afirmou o presidente da Câmara entre jornalistas e executivos de grande companhias, durante jantar promovido pelo site "Poder360". Maia ponderou que eventuais mudanças poderiam ter

consequências negativas nas relações entre comandantes e as tropas, e argumentou que os militares sofrem uma defasagem salarial em relação a outras carreiras do funcionalismo. "Eles se sacrificaram nos últimos 20 anos", destacou.

O projeto de lei que trata do sistema de proteção social dos militares foi encaminhado pelo governo ao Legislativo no dia 20 de março, conforme previsto pelos ministérios da Economia e da Defesa. Entre as alterações propostas estão o estabelecimento do tempo de serviço mínimo necessário para a transferência para a inatividade de 30 para 35 anos para homens e mulheres, a universalização da contribuição e o aumento da alíquota de contribuição, por exemplo. O impacto fiscal da proposta é de R\$ 10,45 bilhões em dez anos.

"O governo vai ter que errar muito para não aprovar a reforma (...) até agora foi aquecimento"

Militares, autoridades do Palácio do Planalto e agora parlamentares argumentam que a carreira militar possui várias peculiaridades. Eles lembram ainda que as Forças Armadas já perderam alguns direitos em 2001, como adicional de tempo de serviço, auxílio-moradia, licença especial e pensão para as filhas.

Até o envio do projeto que trata do sistema de proteção social das Forças Armadas, a Câmara dos Deputados havia travado as discussões da proposta de emenda constitucional da reforma da Previdência, a qual no momento tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Para Rodrigo Maia, a PEC deve receber o crivo da CCJ no dia 17, sendo então aprovada pelo plenário no primeiro semestre. "Vou pautar na data do governo. Não temos problema nenhum", sublinhou, acrescentando ainda que no Senado a tramitação tende a ser mais rápida.

Antes, porém, Maia precisará resolver quem relatará a PEC na comissão especial que discutirá o mérito da proposta e no plenário. Perguntado durante o jantar, o presidente da Câmara afirmou que ainda não tinha um nome a anunciar. Assegurou, por outro lado, que será alguém com boas relações com o ministro da Economia, Paulo Guedes. "Não será fora da órbita do Paulo Guedes. Esse é meu compromisso com ele", destacou, ponderando que isso não quer dizer que o ministro indicará o nome, mas sim que será um deputado com quem Guedes "se sinta confortável".

Para Maia, o ambiente é muito favorável para a aprovação das mudanças nas regras previdenciárias. "O governo vai ter que errar muito para não aprovar a

reforma da Previdência. Até agora foi aquecimento, não pode errar daqui para frente."

Ele ponderou que deve haver alterações na proposta do Executivo, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a aposentadoria rural. Já o sistema de capitalização teria que ter também contribuição patronal para contar com mais apoio na Casa.

A probabilidade de deferir um impeachment é próxima de nula, próxima de zero. Não vejo motivação"

Maia defendeu a inclusão de uma emenda no texto para deixar claro que as assembleias legislativas estaduais precisarão ratificar a aprovação da reforma. Isso seria "simbólico" e faria governadores que hoje fazem oposição à proposta passarem a defendê-la, evitando assim que os deputados assumam sozinhos o desgaste político. "É uma crise muito profunda que está atingindo todo mundo. Tem que ter uma solução coletiva."

O presidente da Câmara dos Deputados apontou que os desafios do governo na articulação política persistem. Mas, perguntado se achava precipitados comentários no meio político e na iniciativa privada de que o presidente Jair Bolsonaro corria o risco de não cumprir os quatro anos de mandato, Maia concordou. E na sequência emendou: "A probabilidade de deferir um impeachment é próxima de nula, próxima de zero. Não vejo nenhuma motivação hoje".

Na avaliação do deputado, a ex-presidente Dilma Rousseff enfrentou um processo de impeachment num momento em que caminhava para "quebrar o Brasil", cenário diferente do que se vê atualmente com Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes. "Sempre sinalizo para que não contem comigo para isso", sublinhou.

Ainda durante o jantar realizado pelo "Poder360", o presidente da Câmara sinalizou outras pautas prioritárias. Descartou que a reforma tributária atrapalhará as discussões sobre a reforma previdenciária, e disse ser contra a taxação de dividendos e grandes fortunas. No primeiro caso, por acreditar que empresas podem "inchar patrimônio" a fim de pagar menos impostos. No segundo caso, justificou, por considerar que a medida incentivaria o envio de patrimônio ao exterior.

Maia disse acreditar que o **Ministério de Minas e Energia** ainda precisa explicar aos deputados os impactos do projeto aprovado pelo Senado que busca uma solução para o risco hidrológico no setor elétrico. "Não está na hora de andar", declarou.

Segundo ele, a Câmara deve na primeira quinzena de maio concluir a aprovação da PEC do Orçamento Impositivo e se debruçar em algumas pautas sociais, além de tentar avançar nas discussões sobre licenciamento ambiental.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/04/2019

Seção: Política

Autor: Cristiane Agostine | De São Paulo

Título: Comissão Arns vê retrocessos com Bolsonaro

Os cem primeiros dias da gestão Jair Bolsonaro indicam retrocessos nas políticas de Direitos Humanos e o incentivo à violência cometida por agentes do Estado, segundo avaliação feita pela Comissão Arns, composta por intelectuais, juristas, jornalistas e ex-ministros das gestões José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Para o grupo, os sinais emitidos pelo governo federal com o pacote anticrime, que reduz a pena dos policiais que matarem em serviço, têm sido replicados por governadores alinhados com Bolsonaro, como o de São Paulo, João Doria (PSDB), e do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC).

O presidente da Comissão Arns, Paulo Sérgio Pinheiro, disse que a "dimensão do retrocesso" pode ser medida pelo pacote anticrime elaborado pelo ministro Sergio Moro (Justiça). "É uma licença para matar". Para Pinheiro, o governo quer garantir na lei que policiais "possam matar, sem nenhuma contenção". O projeto de lei prevê que, no julgamento de crimes em legítima defesa, o juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la "se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção". Pinheiro criticou também a flexibilização do porte de armas. "É equívoco por abaixo o Estatuto do Desarmamento". Procurado, o Ministério da Justiça não se pronunciou.

O advogado Antonio Claudio Mariz de Oliveira disse que a mensagem transmitida pelo governo é de "apologia à violência". "Temia que o governo continuasse a entender a prisão como única resposta ao crime, mas temo que o governo esteja pregando, além da prisão, a morte, a violência policial como instrumento de combate ao crime", disse. "E há o agravante de que parte da sociedade aplaude essa ação. É a história de que bandido bom é bandido morto", afirmou. Para Mariz, esse entendimento também tem sido visto em governos como o do Rio e São Paulo.

Para a cientista política Maria Hermínia Tavares de Almeida, o clima instalado no país estimula a violência. "Existe um clima no qual as pessoas se sentem mais livres, mais autorizadas e menos temerosas de regras disciplinares", disse. "Não podemos atribuir diretamente as mudanças [a Bolsonaro], mas ajudaria muito se os governos não incentivassem, não premiassem aqueles que violaram direitos". Maria Hermínia disse que a atitude do governo federal e de gestões estaduais mudou "em relação às violações".

Integrantes da comissão criticaram os elogios feitos por Doria a policiais na ação em Guararema, que terminou com 11 mortes de suspeitos de integrarem uma quadrilha, em uma tentativa de roubo a banco. Ontem, o governador homenageou 150 policiais, dentre os quais os que atuaram em Guararema. Doria, no entanto, negou irregularidades. "Dentro do protocolo, a polícia agiu corretamente e mandou para o cemitério esses 11 bandidos e já recuperou outros que foram presos."

A comissão criticou também a comemoração de Witzel na atuação de PMs no Morro do Fallet-Fogueteiro, que registrou 15 mortes de suspeitos em janeiro. Para Mariz, "foi uma chacina, um massacre" e "sete homens sofreram tortura física" e foram executados.

Ex-secretário de Justiça, Belisário Santos Jr disse que o elogio a policiais como esses pode ser visto como uma "licença, um incentivo" à execução dos suspeitos de cometerem crimes. "Não ajuda a tropa, não ajuda ninguém. Deve haver elogios depois do inquérito, de apurar os fatos". Para o ex-ministro José Gregori, "certos crimes que fazem eco a palavras de ordem enunciadas com vigor nos palanques eleitorais e no começo do governo". Gregori disse que foi simbólico Bolsonaro marcar o início do governo com a pacote anticrime. Instalada em fevereiro, a Comissão Arns definiu dois casos para acompanhar: as mortes no Morro do Fallet e o plano de construção de um linhão de energia na terra indígena Uaimiri-Atroari, em Roraima.

O porta-voz da PM do Rio, coronel Mauro Fliess, rebateu as críticas e disse que "quem acusa tortura" deve apresentar provas. "Falar isso dos PMs é fazer um pré-julgamento indevido. É ilação prematura e maldosa." O coronel disse que "só morreu quem optou pelo confronto com a polícia". "A morte foi uma opção. Quem partiu para o confronto, morreu. Quem se entregou, foi preso".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 10/04/2019****Seção: Economia****Autor: Lorena Rodrigues****Título: Petrobrás vai receber R\$ 33 bi da União**

A União pagará US\$ 9,058 bilhões à Petrobrás na revisão do acordo sobre a exploração de petróleo na área do pré-sal, valor antecipado pelo “Estadão/Broadcast”. O secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que a cotação do dólar utilizada na operação será de aproximadamente R\$ 3,72, o que significa que o montante pago será de cerca de R\$ 33,6 bilhões. O acordo foi alcançado depois de quase seis anos de discussões, que começaram em 2013. “A aprovação contribui para minimizar incertezas em relação ao leilão (do petróleo excedente). Não existem mais incertezas”, afirmou o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. O leilão e o acordo fazem parte da chamada cessão onerosa. Em 2010, União e Petrobrás assinaram um acordo que permitiu à estatal a exploração de 5 bilhões de barris de petróleo na Bacia de Santos, mediante o pagamento de R\$ 74,8 bilhões.

A estimativa do governo federal, porém, é que a área cedida à Petrobrás pode render mais 6 bilhões de barris. Diante disso, a União quer fazer um leilão desse volume excedente, o que poderia render até R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Na última reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em fevereiro, o leilão do excedente foi marcado para 28 de outubro. De acordo com o ministro, no próximo dia 17 haverá nova reunião do conselho para definir critérios do leilão, como o valor do bônus de assinatura a ser pago pelos vencedores. O CNPE, presidido pelo ministro de Minas e Energia, é o órgão de assessoramento do presidente da República para formulação de políticas e diretrizes de energia. Congresso.

O governo entende que não será preciso projeto de lei para referendar o acordo. “Estamos cumprindo tudo aquilo que o regramento legal orienta”, afirmou Bento Albuquerque. Parlamentares, como o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, defendiam a necessidade de uma lei específica para esse acordo, o que contraria o entendimento do governo e do Tribunal de Contas da União (TCU). A expectativa é que o pagamento à Petrobrás ocorra de maneira “quase simultânea” ao recebimento dos recursos do leilão. O leilão será por regime de partilha, modelo usado no pré-sal, que prevê que a União fique com parte da produção. Além disso, ficou definido que o vencedor deverá pagar à Petrobrás uma compensação pelos investimentos realizados na área.

No aditivo do contrato firmado entre a Petrobrás e a União ontem, há uma cláusula que condiciona o pagamento dos US\$ 9,058 bilhões a um resultado do

leilão superior a esse montante. Para Rodrigues, é “improvável” que o leilão arrecade menos do que isso. “A atração do setor privado pelo leilão de excedente é muito grande, estamos falando de mais de 10 bilhões de barris”, afirmou. Tanto o recebimento dos recursos quanto o pagamento à Petrobrás são operações que impactam as contas públicas e a expectativa do governo é que o resultado líquido das operações seja positivo.

A viabilização da promessa de repartir os recursos com os Estados e os municípios, feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, virá “em um segundo momento”, depois que os parâmetros do leilão estiverem definidos, de acordo com Albuquerque. Guedes disse ontem, em evento com prefeitos, que quer, já no ano que vem, que 70% dos recursos do pré-sal que abastecem o Fundo Social sejam destinados aos Estados e municípios.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/04/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Petrobrás prepara oferta de R\$ 3 bi em debêntures

Coluna do Broadcast

A Petrobrás está em conversas com bancos para uma captação de debêntures para distribuição ampla ao mercado. As instituições aguardam sinal verde da petroleira para iniciar o processo. Por enquanto, a ideia seria levantar cerca de R\$ 3 bilhões com a nova operação. Os bancos envolvidos seriam os mesmos da emissão feita em janeiro: Bradesco BBI, Itaú BBA, BB Banco de Investimento e Santander Brasil. Com a taxa de juro em seu menor nível histórico no Brasil e os investidores ávidos por remunerar seus recursos com segurança, há expectativa de que uma nova oferta possa repetir o sucesso de janeiro. Na ocasião, as debêntures atraíram demanda superior a R\$ 10 bilhões; a petroleira emitiu R\$ 3,6 bilhões. Procurados, os bancos não comentaram.

» Habemus chefia. A união das operações de resseguros da Austral, controlada pela Vinci Partners, e da Terra Brasis, da Brasil Plural, já tem ao menos uma definição: o comando da futura empresa. Segundo um acordo já encaminhado entre os sócios, o CEO da Austral Re, Bruno Freire, deve assumir a presidência da resseguradora que surgirá do negócio. Rodrigo Botti, presidente da Terra Brasis, por sua vez, ocupará o cargo de vice-presidente financeiro.

» Segue o jogo. A ideia dos sócios é concluir a fusão da Austral e da Terra Brasis, que constituiria a terceira maior resseguradora do País, com quase R\$ 500 milhões em prêmios, atrás de IRB Brasil Re e Munich Re, conforme dados do

ano passado da Superintendência de Seguros Privados (Susep), ainda neste ano. Na sequência, querem listar ações na bolsa brasileira para fazer frente à necessidade de capital de ambos os players e de quebra pegar carona no desempenho bem-sucedido do IRB na B3. Procuradas, Austral e Terra Brasis não comentaram o assunto.

» De saída. O especialista em finanças e tecnologia Guilherme Horn, indicado para ocupar cadeira no Conselho de Administração do Banco do Brasil, deve se desligar da consultoria Accenture caso seja confirmado na assembleia, marcada para o dia 26. A decisão, segundo pessoas próximas a ele, visa a evitar possíveis conflitos de interesse, assunto que permeia a indicação de Luiz Fernando Figueiredo, da Mauá Capital, para presidir o Conselho.

» É, pode ser. A propósito, o BB admitiu ontem, em resposta à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), um “aparente conflito de interesse” na indicação de Figueiredo. Tanto é que o banco, a despeito do voto favorável dado pelo Comitê de Elegibilidade ao ex-BC, aguarda a opinião da xerife do mercado de capitais e da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP) para bater o martelo.

» Verde e pequeno. Os carros do futuro devem ser de pequeno porte, pouco poluentes e não necessariamente pertencerão a seus usuários. Essas tendências aparecem em uma pesquisa com consumidores paulistanos das classes A, B e C realizada pela MOB INC, consultoria de pesquisa especializada na análise e seleção de consumidores. O levantamento foi feito com um grupo dos chamados early adopters, pessoas que se relacionam com um produto de maneira mais engajada e criativa.

» Menos é mais. Cerca de 85% dos entrevistados disseram que as montadoras precisam pensar no meio ambiente na hora de desenvolver os modelos do futuro. Além disso, para 58% dos entrevistados, no futuro, o status de ser proprietário de um veículo de grande porte deverá ser revisto. Isso indica que os modelos de menor porte e o uso de serviços de compartilhamento de veículos tendem a ganhar espaço.

» Tanque cheio. Depois da forte instabilidade registrada durante a greve dos caminhoneiros, entre maio e junho do ano passado, o preço da gasolina está mais estável no País. No mês passado, a diferença entre os valores mínimo e máximo do combustível foi de 37,2%, de acordo com um levantamento feito pela Vale- Card, empresa especializada em soluções de gestão de frotas. Os valores mais baixos, de R\$ 3,79 por litro de gasolina comum, foram registrados em São Paulo, Pernambuco e Tocantins, e os mais altos, de R\$ 5,20, em Minas Gerais, Bahia, Amazonas e Rio de Janeiro. Há quase um ano, quando a paralisação dos caminhoneiros foi deflagrada, a diferença chegou a 99,8%.

» Etanol e diesel. No caso do etanol, a diferença entre os valores mínimo (R\$ 2,51) e máximo (R\$ 4,44) em março foi de 76,9%. Os preços do diesel, por sua vez, tiveram variação de 84,7% – o menor valor encontrado no levantamento foi de R\$ 3,15 e o mais alto, de R\$ 5,82. A ValeCard não incluiu esses combustíveis no levantamento realizado durante a greve dos caminhoneiros. COM PATRICK CRUZ, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/04/2019

Seção: Colunas

Autor: ALBERTO BOMBIG

Título: » Bypass.

Coluna do Estadão

Os ministérios da Economia e de **Minas e Energia** tentam colocar em pé um possível parecer do TCU para avaliar juridicamente o contrato da cessão onerosa direto com a Petrobrás, sem passar pelo Congresso. Resolver essa situação pode destravar leilões de até R\$ 100 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/04/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Preço do gás deve cair 50%, afirma Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu ontem que, em dois anos, o preço do gás de cozinha vai cair pela metade. Para isso, segundo ele, é preciso acabar com o “monopólio” do refino de petróleo, hoje nas mãos da Petrobrás, e no setor de distribuição. Vamos quebrar monopólio e baixar preço do gás e do petróleo com competição e redução da rouboalheira”, disse Guedes na Marcha dos Prefeitos, em Brasília. “O botijão de gás chegará à casa do brasileiro com a metade do preço daqui a dois anos. Hoje o gás no Brasil é mais caro do que nos países que não têm gás por conta de monopólio”, afirmou. Segundo o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicagás), seis empresas respondem por quase 90% do mercado de distribuição. O preço no Brasil do chamado BTU (unidade de medida do gás) é de US\$ 12, de acordo com Guedes.

Nos EUA, que têm produção de gás própria, o preço é de US\$ 3. Já em países que não produzem e importam do mercado russo, como Japão e na Europa, é

de US\$ 7. Como mostrou ontem o Estado, o novo plano do governo federal de socorro aos Estados – batizado de Plano Mansueto – terá como uma das contrapartidas de acesso ao auxílio financeiro a abertura do mercado de distribuição de gás pelos governos estaduais. A medida faz parte da estratégia de Guedes para promover um “choque de Energia barata” e ampliar os investimentos e empregos no País. Uma das condições que serão colocadas à mesa para que governadores entrem no plano é a abertura do mercado. Hoje, governos regionais, que têm agências reguladoras estaduais, impedem que empresas privadas acessem os dutos de distribuição estaduais, o que acaba configurando um “monopólio”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/04/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Petrobrás acelera a venda de ativos

A fraqueza da atividade econômica não impediu a Petrobrás de realizar, há pouco, a maior transação de sua história na área de fusões e aquisições, com a venda de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG) por US\$ 8,6 bilhões (R\$ 33 bilhões). Os compradores foram a empresa francesa Engie, antiga Tractebel, e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), que disputaram a TAG com o fundo Mubadala dos Emirados Árabes Unidos e com um consórcio formado pela Itaúsa e por outro fundo canadense (CPPIB). A TAG controla um gasoduto com 4,5 mil km de extensão situado em sua quase totalidade nas Regiões Norte e Nordeste do País. O processo de venda do gasoduto foi iniciado em 2017, no governo Temer.

A operação ainda depende da aprovação dos órgãos de controle da concorrência. O valor da operação correspondeu a mais do dobro do apurado pela Petrobrás em setembro de 2016, na venda de 90% do gasoduto Nova Transportadora do Sudeste (NTS), para o Grupo Brookfield e a Itaúsa, por US\$ 4,2 bilhões. O desinvestimento faz parte da política da Petrobrás de reduzir seu endividamento, ainda muito elevado. Com a venda da TAG, especialistas estimam que haverá uma diminuição da ordem de 10% das dívidas da estatal, para cerca de R\$ 261 bilhões. Gasodutos, assim como linhas de transmissão de energia elétrica, operam em regime de monopólio natural. Os controladores dessas atividades têm a certeza de obter uma renda regular por décadas, o que torna esses ativos muito atraentes para investidores de longo prazo, como os fundos de pensão, um dos quais (CDPQ) terá 31,5% da TAG.

“O sucesso da transação reflete a forte demanda por ativos de infraestrutura no Brasil, já sinalizada no recente leilão de concessões de aeroportos”, afirmou o

presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco. A venda é parte dos R\$ 116 bilhões em ativos que a estatal quer alienar em 2019, segundo estimativa recente de Castello Branco. A operação foi considerada “ótima” pelo diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires. A venda da TAG é vista por Marco Tavares, da consultoria Gas Energy, como passo importante para a abertura do mercado de gás. Falta agora, disse Tavares, definir o espaço que poderá ser ocupado pelo setor privado

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/04/2019

Seção: Política

Autor: Amanda Pupo Rafael Moraes Moura

Título: Supremo manda soltar Aldemir Bendine

Preso preventivamente desde julho de 2017, ex-presidente da Petrobrás foi condenado em 1ª instância a 11 anos de prisão pela Lava Jato

Por 3 votos a 2, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) mandou soltar ontem o ex-presidente da Petrobrás Aldemir Bendine, preso preventivamente desde julho de 2017 pela Operação Lava Jato. Em março do ano passado, o então juiz federal Sérgio Moro condenou Bendine a 11 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. Ele é acusado de receber, em 2015, R\$ 3 milhões da Odebrecht em propinas. O relator da Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, havia negado o pedido de liberdade em setembro do ano passado. Na ocasião, o ministro sustentou que a condenação de Bendine na primeira instância dava respaldo ao mandado de prisão preventiva do executivo.

A defesa recorreu da decisão do ministro, o que foi julgado ontem pela Segunda Turma da Corte. Fachin manteve sua posição, e foi acompanhado pela ministra Cármen Lúcia. No entanto, os ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello formaram a maioria favorável ao pedido de soltura. O executivo deverá cumprir agora medidas cautelares, como a proibição de deixar o País e de manter contato com outros investigados. Propinas. Bendine foi acusado de exigir R\$ 17 milhões em propinas da Odebrecht. Segundo a investigação, ele acabou recebendo R\$ 3 milhões em três parcelas de R\$ 1 milhão cada, entre junho e julho de 2015, enquanto ocupava a presidência da Petrobrás. Em troca, teria agido em defesa dos interesses da empreiteira. O executivo presidiu a estatal entre 6 de fevereiro de 2015 e 30 de maio de 2016.

Ex-presidente também do Banco do Brasil, Bendine havia assumido o comando da estatal petrolífera com a missão declarada de acabar com a corrupção nas

diretorias da companhia. Ontem, Fachin e Cármen se posicionaram pela manutenção da prisão. A divergência foi aberta por Gilmar, segundo quem a prisão preventiva foi alongada de forma abusiva. O ministro afirmou que os atos que levaram ao encarceramento deveriam ser contemporâneos, lembrando ainda que Bendine não ocupa mais o cargo de presidente da Petrobrás – o que o impede de continuar cometendo os delitos apontados pela força-tarefa da Lava Jato. Gilmar disse que o Ministério Público precisa ter cuidado para não “lastrear mentiras”. “Sejam respeitosos com os fatos. As opiniões podem ter todas, mas respeitem os fatos”, disse o ministro, cujo voto foi acompanhado por Celso de Mello e Lewandowski.

Durante o julgamento, a Procuradoria-Geral da República pediu que a Segunda Turma mantivesse a prisão. Para a subprocuradora Claudia Sampaio, era grave o fato de Bendine ter sido colocado no cargo para barrar a corrupção na estatal e, no entanto, ter continuado com práticas criminosas. “Ele foi colocado nesse contexto para sanear a empresa, e o que ele fez? Foi exigir vantagens indevidas exatamente como se fazia”, afirmou a procuradora. Defensor de Bendine, o criminalista Alberto Zacharias Toron disse que a decisão “resgata a dignidade não apenas do cidadão atingido por uma prisão injusta, mas de toda a cidadania, que não pode ficar à mercê de juízes arbitrários”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/04/2019

Seção: Economia

Autor: Fabrício de Castro Lorena Rodrigues

Título: Guedes diz que vai criar imposto único federal

Ministro anunciou que vai dividir tributos com governadores e prefeitos e repassar a eles 70% dos recursos arrecadados com o pré-sal

Em discurso a uma plateia de centenas de prefeitos de todo o Brasil, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou ontem que o governo planeja criar, ainda este ano, um imposto único federal com a fusão de três a cinco tributos federais. Além disso, prometeu que impostos e contribuições passarão a ser compartilhados com Estados e municípios. Segundo ele, governadores e prefeitos vão receber a maior parte dos recursos. “Na nossa reforma tributária vamos pegar três, quatro, cinco impostos e fundir em um só, o imposto único federal. Todas as contribuições que não eram compartilhadas, criadas para salvar a União, quando unificarmos serão todas compartilhadas”, afirmou, sem detalhar quais tributos seriam extintos.

O ministro também disse que o governo vai retirar a tributação sobre a folha de salários. Os tributos passarão a ser cobrados sobre outra base. Presente ao

evento, o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, afirmou que será criado um imposto eletrônico sobre pagamentos, que vai também englobar movimentações financeiras. Cintra também anunciou a nota fiscal eletrônica sobre o setor de serviços que, segundo ele, vai “revolucionar” as administrações tributárias. “Qual o filé mignon tributário hoje? Os serviços. É a base tributária que mais se expande no mundo todo. Não tenho dúvidas de que, em mais 10 ou 15 anos, vai representar a maior parte da base tributária explorada por todos os governos no mundo inteiro”, afirmou Cintra.

A ideia, de acordo com ele, é que os municípios arrecadem tributos com base na exploração dos serviços. Ao mesmo tempo, defendeu que a proposta de criação de um novo pacto federativo tem como objetivo colocar “dinheiro na base” – ou seja, nas prefeituras e nos Estados. “(Serão) 70% lá embaixo e 30% lá em cima, se muito”, disse o ministro, em referência à parcela que defende para governadores e prefeitos e à da União. O novo “pacto federativo”, que chegou a ser chamado de Plano B à reforma da Previdência, prevê nova divisão dos tributos entre a União, Estados e municípios e retirar “amarras” do Orçamento. “Se fosse um prefeito apertado e um governador apertado, seria um caso de má gestão. Mas estão todos apertados”, disse Guedes.

“Se Estados e municípios estão muito apertados financeiramente, é porque há algo sistêmico.” O ministro defendeu ainda que a concentração de recursos no governo federal corrompeu a política e estagnou a economia. Segundo ele, os orçamentos podem até ser formulados em Brasília, mas a execução tem de ser descentralizada. “Execução é com governadores e prefeitos”, afirmou. Ao tratar especificamente dos Estados, Guedes voltou a citar a intenção do governo de lançar um plano de recuperação de curto prazo, no valor de R\$ 10 bilhões. O plano está sendo usado como moeda de troca para o governo federal conseguir o apoio à reforma da Previdência e prevê dinheiro novo para Estados menos endividados, mas que têm problemas de caixa para pagar a servidores e fornecedores.

Em troca, terão de adotar medidas de ajuste nas contas públicas. O ministro afirmou que tem falado diretamente com alguns governadores sobre o assunto. “Tenho dito: ‘respira no canudinho que está chegando reforço’”, afirmou. Petróleo. Outro ponto da proposta do governo para a recuperação de Estados e municípios prevê a transferência para governadores e prefeitos, já em 2020, de 70% dos recursos que a União arrecadar com o leilão do pré-sal, marcado para outubro.

“Minha equipe vai ficar brava porque queriam o repasse maior de recursos do petróleo gradualmente, mas tem de ser agora”, defendeu. O ministro disse que a exploração do petróleo trará até US\$ 1 trilhão nos próximos 20 anos. Esta repartição dos recursos, porém, ainda é polêmica. Na segunda-feira, Guedes

havia defendido que o repasse aos entes federativos não precisaria passar pelo Congresso. No mesmo dia, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu a necessidade de uma emenda constitucional para a transferência.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras quer deixar concessões no Uruguai

Rio de Janeiro- Quinze anos após a primeira ofensiva no mercado uruguaio de distribuição de gás canalizado, a Petrobras quer negociar a devolução de duas concessões que tem no país.

A empresa reclama de prejuízos acumulados e conflitos sindicais que podem culminar com a tomada do comando pelos trabalhadores.

A Petrobras começou a distribuir gás no país em 2004, com a compra de participação na Conecta, empresa que abastece o interior do país. Dois anos depois, adquiriu o controle da Gaseba, hoje MontevideoGas, que atende a capital uruguaia.

A decisão de sair do país foi publicada pelo jornal O Globo e confirmada pela Folha.

Em nota, a estatal diz que busca com o governo uruguaio "colaboração para resolver os problemas estruturais que afetaram o contrato de concessão, sem obter soluções definitivas até o momento".

Os problemas começaram com restrições à importação de gás natural de energia, que elevou o preço do produto, sem repasse às tarifas, diz a Petrobras. O prejuízo acumulado já soma US\$ 116 milhões (R\$ 450 milhões).

Foram agravados com a suspensão de projeto de importação de gás natural líquido de outros países, que poderiam resolver os problemas de suprimento local. A unidade tinha início de operações previsto para 2015.

Em 2017, a Petrobras iniciou processos de arbitragem internacional contra o governo uruguaio para pedir reequilíbrio das condições econômico-financeiras das concessões.

Na primeira decisão sobre o caso, a câmara de arbitragem que analisou o caso da Conecta determinou em março ao governo paraguaio que reveja as tarifas, mas impediu a Petrobras de deixar a concessão de forma unilateral.

Os conflitos sindicais tiveram início com resposta dos trabalhadores a medidas de corte de custos, diz a estatal.

Por duas ocasiões, em 2017 e 2018, os trabalhadores fizeram greves de fome com apoio de autoridades locais.

Em janeiro, o sindicato dos trabalhadores da MontevideoGas ameaçou usar mecanismo conhecido como "control obrero" (controle operário), que permitiria ao governo expropriar a concessão e entregar a gestão aos trabalhadores.

A Petrobras diz que o mecanismo é "ilegal e configura uma ameaça ao ambiente de negócios e à segurança jurídica para investimentos no Uruguai".

A estatal brasileira tem 100% da MontevideoGas e 55% da Conecta. Além disso, atua na distribuição de combustíveis naquele país, por meio da Petrobras Uruguay Distribudón, negócio do qual também pretende se desfazer.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Nelson de Sá

Título: Petróleo não vem

Toda Mídia

Um segundo site americano de economia, Oil Price, alerta que “os soluços no fornecimento de petróleo do Brasil põem em dúvida as projeções para o país, com implicações para o mercado global”. A produção “escorregou em janeiro” e, contra o que anunciou então a Agência Internacional de Energia, “caiu de novo em fevereiro”. O problema não é o pré-sal, com produção crescente, mas os “campos maduros, com declínios significativos” por falta de manutenção. O petróleo brasileiro era esperado para repor “as disrupções na Venezuela e no Irã”, sancionados pelos EUA.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/04/2019

Seção: Poder

Autor:

Título: Dodge sugere que fundo da Lava Jato seja destinado à educação

Em manifestação ao STF (Supremo Tribunal Federal), a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, opinou por repassar ao Ministério da Educação o dinheiro de multas pagas pela Petrobras nos Estados Unidos.

A força-tarefa da Lava Jato em Curitiba pretendia criar uma fundação para gerir esses recursos.

A manifestação da procuradora-geral foi enviada ao Supremo na segunda-feira (8), no âmbito de uma ação ajuizada por ela contra a fundação da Lava Jato.

A ação rendeu duras críticas de procuradores a Dodge. A fundação está suspensa por decisão do relator do processo no STF, o ministro Alexandre de Moraes.

Segundo Dodge, o acordo entre a Petrobras e as autoridades norte-americanas permite que os R\$ 2,5 bilhões sejam destinados à União, contanto que não ingressem indiscriminadamente no caixa único. O acordo veda que a União, como acionista, aplique os recursos na estatal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/04/2019

Seção: Poder

Autor: Reynaldo Turolo Jr.

Título: STF liberta Bendine, ex-presidente da Petrobras

Maioria da 2ª turma decidiu que não cabia mais prisão preventiva a executivo, que também chefiou o Banco do Brasil

Por 3 votos a 2, a Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) mandou soltar Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil que está preso preventivamente pela Lava Jato desde julho de 2017.

Bendine assumiu a presidência da Petrobras em fevereiro de 2015, no governo Dilma Rousseff, em meio à Lava Jato. Ele foi preso sob suspeita de ter pedido R\$ 3 milhões à Odebrecht para proteger a empreiteira nos contratos com a estatal. Em março de 2018, foi condenado em primeiro grau pelo então juiz Sergio Moro por corrupção e lavagem de dinheiro.

O ministro relator do habeas-corpus no STF, Edson Fachin, votou contra a soltura, sendo acompanhado pela ministra Cármen Lúcia. Já os ministros Gilmar Mendes, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski votaram por conceder o habeas corpus, formando a maioria.

O advogado de Bendine, Alberto Zacharias Toron, argumentou que seu cliente já está preso preventivamente (antes de uma condenação final) há muito tempo, o que, na prática, funciona como uma espécie de antecipação da pena.

A subprocuradora-geral da República Cláudia Sampaio afirmou que a prisão deveria ser mantida porque Bendine foi nomeado presidente da Petrobras para saneá-la, mas continuou a praticar crimes mesmo com as investigações da Lava Jato em curso.

Segundo ela, o ex-executivo exigiu vantagens da Odebrecht depois da prisão de seu dono, Marcelo Odebrecht, que firmou acordo de delação premiada com o Ministério Público.

No lugar da prisão, o ministro Gilmar propôs que se impusessem outras medidas cautelares ao réu, como a obrigação de entregar o passaporte e a proibição de deixar o país e de manter contato com outros investigados na Lava Jato. A maioria da turma concordou com Gilmar.

O decano Celso de Mello criticou o tempo alongado da prisão. Lewandowski afirmou que o fato de Bendine ter também cidadania italiana não poderia ter sido usado como justificativa para a decretação de prisão sem outros elementos que indicassem que ele pretendia fugir.-

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Goldman Sachs eleva projeções de preço do petróleo em 2019

Bangalore- O Goldman Sachs elevou sua previsão para os preços do petróleo neste ano, com a oferta atingida pela implementação de cortes de produção liderados pela Opep e pelas sanções dos EUA ao Irã e à Venezuela.

O banco de investimento informou em nota com data de 8 de abril que agora espera que o preço de referência do Brent fique em média em US\$ 66 por barril em 2019, ante estimativa anterior de US\$ 62,50.

Já o petróleo nos EUA deve ficar em média em US\$ 59,50 por barril, acima da última previsão de US\$ 55,50.

Os preços do petróleo atingiram o maior nível em cinco meses nesta terça-feira (9), com o Brent chegando a US\$ 71,34 por barril e o petróleo dos EUA atingindo US\$ 64,77 por barril.

Os mercados de petróleo ficaram mais apertados neste ano, dado que os Estados Unidos impuseram sanções aos exportadores de petróleo Irã e Venezuela.

Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro e Bernardo Caram

Título: Governo apresenta em 20 dias plano de socorro a estados e municípios

Proposta vai incluir divisão dos recursos do Fundo Social, irrigado por verbas de royalties

Brasília- O governo apresentará, em 20 dias, dois projetos de lei que prometem ajudar estados e municípios em dificuldade.

Segundo o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, o governo vai propor a divisão dos recursos do Fundo Social, irrigado por verbas de royalties e participações especiais recolhidas na exploração de petróleo.

Os recursos do fundo hoje vão para a União, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse que pretende entregar 70% para estados e municípios.

Waldery anunciou o prazo em discurso na Marcha dos Prefeitos, em Brasília, nesta terça-feira (9).

Ele indicou que a repartição da verba deverá seguir os percentuais do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e FPM (Fundo de Participação dos Municípios), que levam em conta a população e a renda per capita das localidades.

Segundo o secretário, o governo deverá levar em conta metas de desenvolvimento da educação, medidas pelo Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), e de saúde, como indicadores de mortalidade infantil.

No mesmo evento, Waldery confirmou que o governo apresentará o projeto de lei que abre o programa de auxílio a estados e municípios em dificuldade.

Por esse programa, estados em dificuldade poderão apresentar metas de economia e, com isso, ter a permissão para obter financiamentos no mercado bancário.

Instituições privadas poderão bancar empréstimos para a cobertura de despesas com folha de pagamentos e outros gastos correntes. Bancos públicos só podem emprestar para financiar investimentos.

O governo conta ainda com a disposição de organismos internacionais, como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e Banco Mundial, que têm linhas de crédito voltadas para investimentos e para a modernização da máquina administrativa.

Em outra tentativa de garantir apoio de prefeitos à reforma da Previdência, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, afirmou no evento que o governo vai apoiar a introdução de duas emendas na proposta do governo com o objetivo de beneficiar municípios.

Uma delas libera as prefeituras com regime próprio de Previdência a fazerem empréstimos consignados para seus servidores. Com a cobrança de juros, poderão ampliar a arrecadação.

A outra emenda vai permitir que recursos da Previdência dos servidores tenham uma desoneração sobre a contribuição de PASEP.

Segundo o secretário, essa alteração viabiliza uma transferência anual de R\$ 3 bilhões do governo federal às prefeituras do país.

No mesmo evento, foi anunciado que o governo lançará nesta quarta-feira (10) uma plataforma para que os prefeitos possam cadastrar e acompanhar o andamento de convênios firmados com diferentes órgãos federais.

O lançamento ocorrerá durante a Marcha dos Prefeitos e será feito no dia em que o governo Jair Bolsonaro (PSL) completa cem dias.

A plataforma foi batizada de Mais Brasil, em alusão ao slogan de campanha “menos Brasília, mais Brasil”, e é parte da agenda de medidas de simplificação anunciadas pelo governo.

Segundo o secretário-adjunto de Desburocratização do Ministério da Economia, Gleisson Rubin, com a plataforma, os prefeitos poderão acompanhar os desembolsos de convênios e emendas parlamentares inscritas na plataforma a partir deste ano.

“Quase todos os municípios precisam lidar com a realidade de receber recursos de diferentes órgãos de fomento e enfrentam o martírio de se adaptar a diferentes regras e prestar a mesma informação várias vezes”, afirmou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 10/04/2019**Seção:****Autor:****Título:** Estrangeiros vendem ações da Vale após tragédia

FRANKFURT, SÃO PAULO, OSLO E LONDRES- A terceira maior administradora de investimentos da Alemanha, a Union Investment, vendeu todas as ações que detinha na Vale, depois do colapso da barragem de rejeitos em Brumadinho, em janeiro, que deixou mais de 220 mortos.

A Igreja Anglicana também vendeu sua participação na Vale, em valor de menos de £ 10 milhões (R\$ 50,4 milhões), nos dias que se seguiram ao desastre, enquanto o conselho de ética da Suécia — que assessora diversos fundos de pensão no país—instou seus clientes no mês passado a abandonar seus investimentos, anunciando ter “perdido a confiança” na companhia.

O fundo de investimento petroleiro da Noruega, o maior fundo nacional de investimentos do planeta, que detém 1,1% da Vale, disse que está dialogando com a empresa.

Procurada, a Vale não se pronunciou.

Financial Times

VEÍCULO: O Globo**Data:** 10/04/2019**Seção:** Economia**Autor:** MANOEL VENTURA**Título:** Acordo fechado

Petrobras receberá R\$ 33 bi em revisão de contrato sobre áreas do pré-sal

BRASÍLIA- O governo e a Petrobras fecharam ontem um acordo sobre exploração de petróleo que abre caminho para a realização do mega leilão na camada pré-sal, com potencial de arrecadação de R\$ 100 bilhões. A Petrobras vai receber R\$ 33,69 bilhões. O montante considera o valor acordado em dólares de compensação da estatal de US\$ 9,058 bilhões, com taxa de câmbio de R\$ 3,72.

A negociação, que se arrastava há anos, envolve a revisão do contrato da cessão onerosa. Por ele, a Petrobras recebeu do governo o direito de produzir até cinco bilhões de barris em uma área da Bacia de Santos em 2010. Foi descoberto posteriormente que havia muito mais petróleo na região e, portanto, as condições do contrato precisariam ser revistas. O valor fechado, que havia sido antecipado pelo GLOBO, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética(CNPE).

O governo, porém, deixou para a reunião do CNPE na próxima semana a aprovação oficial do leilão. Com o dinheiro, além de pagar a Petrobras, a equipe econômica espera ajudar estados e municípios em crise fiscal e reforçar os cofres para fechar as contas de 2019. A licitação já está marcada para 28 de outubro.

As equipes dos ministérios de Minas e Energia e da Economia correram para divulgar o acordo ontem porque a medida faz parte das metas para serem cumpridas nos primeiros 100 dias de governo Jair Bolsonaro.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, a Petrobras receberá o dinheiro de uma só vez, após o leilão ser realizado. O governo trabalha com o dia 13 de dezembro como a data para assinar o contrato da licitação. Com isso, os recursos entrariam nos cofres do Tesouro e seriam repassados para a Petrobras. O secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse que não é necessária a aprovação de projeto de lei pelo Congresso para concluir o acordo com a Petrobras.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já decidiu que vai dividir parte do dinheiro do leilão que cabe ao governo com estados e municípios. Para isso, terá de enviar ao Congresso proposta de emenda à Constituição para permitir que os repasses aos governos regionais sejam feitos fora do teto de gastos — regra que limita as despesas da União ao crescimento da inflação no ano anterior.

O leilão será feito no regime de partilha de produção, que rege os contratos do pré-sal. Por ele, a arrecadação do governo é fixa, definida previamente, e vence a disputa a empresa ou consórcio que oferecer maior percentual para a União do petróleo produzido. Além disso, a Petrobras tem direito de preferência e poderá atuar como operador e com o percentual de 30% nos consórcios do leilão.

Serão leiloadas quatro áreas: Atapu, Búzios, Itapu e Sépia. Como a Petrobras já explora esses blocos, o vencedor terá que pagar à estatal pelos investimentos realizados nos locais e, como contrapartida, vai adquirir uma parte dos ativos e da produção.

No fim do governo de Michel Temer, a expectativa era que a Petrobras poderia receber até US\$ 14 bilhões.

No entanto, a cifra divulgada ontem ficou em linha com o previsto pelo mercado. Em relatório na noite de segunda-feira, o Itaú BBA estimou que a Petrobras poderia receber aproximadamente US\$ 10 bilhões. Já o Bradesco BBI publicou na semana passada um relatório com previsão de pagamento de US\$ 8 bilhões à Petrobras.

AÇÕES CAEM 0,89%

O acordo foi anunciado após o fechamento da Bolsa. Os papéis preferenciais (PNs, sem direito a voto) da Petrobras caíram 0,31% e os ordinários (ONs, com direito a voto) tiveram queda de 0,89%, seguiu - no recuo do preço do petróleo. O barril do tipo Brent fechou em baixa de 0,69%, a US\$ 70,61, após anteontem superar US\$ 71, maior patamar em cinco meses.

Em fevereiro, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, já havia afirmado que não pretende usar os recursos decorrentes de revisão do contrato da cessão onerosa para reduzir o endividamento da companhia. O plano é usar o dinheiro para investimentos, incluindo a participação no mega leilão para conquistar mais áreas e expandir a produção.

O contrato da cessão onerosa, assinado entre a Petrobras e o governo federal em 2010, fez parte da capitalização da empresa para fazer frente aos investimentos necessários para a exploração do pré-sal. A União cedeu à Petrobras, sem licitação, o direito de explorar cinco bilhões de barris de óleo em seis blocos do pré-sal na Bacia de Santos, em 2010. No entanto, os técnicos descobriram que há muito mais petróleo nessa área. É esse excedente que o governo irá leiloar.

No contrato original, em 2010, foi fixado um preço de US\$ 8,51 por barril. O contrato previa que o valor seria revisto quando os campos já contassem com a declaração de comercialidade, ou seja, quando houvesse mais segurança a respeito do volume de petróleo. Isso ocorreu em 2013, quando começaram as primeiras negociações entre Petrobras e União. A Petrobras saiu credora da disputa porque, entre outros fatores, o preço do barril de petróleo caiu nos últimos anos.

Congresso quer última palavra

> O ponto final na revisão do contrato da cessão onerosa, que abre caminho para o mega leilão de áreas de exploração de petróleo com o qual o governo espera arrecadar R\$ 100 bilhões, ainda depende de um acordo entre o governo e o Congresso sobre a necessidade de aval do Legislativo para sacramentar o

acordo. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia(DEM-RJ), e o ministro da Economia, Paulo Guedes, têm visões diferentes.

> Os dois divergiram sobre o tema na segunda-feira durante o evento E agora, Brasil?, promovido em Brasília pelos jornais O GLOBO e Valor Econômico com patrocínio da CNC.

> Estamos a milímetros de um acordo - disse Guedes. — Conversa vai, conversa vem, estamos chegando lá sem o Congresso.

> Para Guedes, "o Congresso não tinha nada a ver com isso", mas foi chamado para "desentupir" o acordo porque as negociações não andavam. Maia rebateu lembrando que o acordo original passou pelo crivo dos parlamentares.

> Do meu ponto de vista, para ajustar o acordo, precisa passar pelo Parlamento porque assim foi feito para fazer o acordo — disse Maia.

> Os dois, porém, concordam ser necessário mudara legislação para dividir parte do dinheiro do leilão com estados e municípios. Como O GLOBO revelou, o governo avalia encaminhar ao Congresso proposta de emenda à Constituição para repassar parte do dinheiro sem ferir a regra do teto de gastos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/04/2019

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura e André de Souza

Título: Guedes promete gás de cozinha pela metade do preço em dois anos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu ontem que o preço do gás de cozinha vai cair pela metade em até dois anos, como parte do plano do governo de promover um “choque de Energia barata”. Para isso, disse, é preciso “quebrar os monopólios” do refino do petróleo (da Petrobras) e da distribuição de gás.

— Daqui a dois anos, o botijão de gás vai chegar pela metade do preço à casa do trabalhador brasileiro — disse Guedes em evento com prefeitos em Brasília.

O ministro afirmou que, no Brasil, o BTU (unidade de Energia) de gás custa US\$ 12, bem mais que os cerca de US\$ 7 no Japão e na Europa, segundo ele, mesmo sendo esses dois mercados importadores do combustível russo. Nos EUA, que têm gás natural, o BTU custa US\$ 3, estimou:

— No Brasil, é mais caro que nos países que não têm gás. Porque tem monopólio. Vamos quebrar esses monopólios e baixar o preço do gás e do petróleo com competição, fora a redução da roubalheira.

Ele voltou a prometer dividir com prefeitos e governadores parte maior de royalties do petróleo. Estimou ser possível aumentar de 35% para 70% a fatia de estados e municípios no total já no próximo ano:

— A maior parte, 65%, são da União, e 35% dos estados e municípios. Então 70% têm que estar com estados e municípios já! Não é daqui a 20 anos. Está faltando polícia hoje. Está faltando escola hoje. Não é daqui a 20 anos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Isto pode, Petrobras?

O consultor Adriano Pires acha que a Petrobras ainda não conseguiu alinhar seus preços aos praticados no mercado internacional. “Isso tira a competitividade dos importadores privados em relação às refinarias da Petrobras”.

Pelas contas dele, a defasagem do diesel é de 10 centavos por litro abaixo do mercado internacional e a da gasolina, de uns 8 centavos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/04/2019

Seção: O País

Autor: CAROLINA BRÍGIDO

Título: Supremo liberta ex-presidente da Petrobras

Aldemir Bendine foi preso pela Lava-Jato em julho de 2017; ele foi condenado a 11 anos pelo recebimento de propinas da Odebrecht. Para a 2ª Turma do Supremo, o ex-executivo tem direito de recorrer em liberdade

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) libertou ontem o ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil Aldemir Bendine. Ele está preso por ordem do ex-juiz Sergio Moro desde julho de 2017. Em março do ano passado, Bendine foi condenado a 11 anos de prisão pelo recebimento de R\$ 3 milhões em propinas pagas pela Odebrecht. Por três votos a dois, a Segunda Turma afirmou que, como a condenação não foi ainda confirmada por um tribunal de segunda instância, Bendine tem o direito de recorrer em liberdade. Foram impostas a ele medidas cautelares, como o impedimento de se

comunicar com outros investigados no mesmo processo e a entrega do passaporte à Justiça. — Determina-se a prisão temporária. Na sequência, a provisória. Ou seja, a presunção de inocência, que a nossa Constituição prestigia amplamente, está sendo esquecida, pelo menos em certas jurisdições — argumentou o ministro Ricardo Lewandowski.

Moro decretou a prisão preventiva com base no risco de que o réu poderia voltar a cometer crimes, ou fugir. Outro motivo é a gravidade dos crimes imputados a Bendine. O habeas corpus foi apresentado ao STF em fevereiro de 2018 e foi negado pelo relator da Lava-Jato, Edson Fachin, por duas vezes. Diante de recurso da defesa, o caso foi levado para a Segunda Turma. Fachin e Cármen Lúcia concordaram em manter o réu preso. Mas os ministros Gilmar Mendes, Celso de Mello e Lewandowski votaram pela libertação. Para eles, não foram apresentados elementos concretos que comprovassem a real disposição de Bendine para voltar a cometer crimes, ou fugir.

FAVORECIMENTO

Bendine foi condenado por receber propina da Odebrecht em troca de favorecer a empresa em contratos da Petrobras. Ele foi preso na 42ª fase da Operação Lava-Jato, batizada de Cobra. Moro considerou que a culpabilidade de Bendine aumenta nesse processo, já que ele assumiu a Petrobras em meio a um escândalo de corrupção e havia expectativa de que solucionasse o problema. O ex-presidente do Banco do Brasil sempre negou as acusações e já se disse vítima de perseguição neste processo. Na denúncia contra Bendine, o Ministério Público Federal o acusa de receber 1% de um refinanciamento de R\$ 1, 7 bilhão do Banco do Brasil para a Odebrecht Agroindustrial.

O primeiro pedido de repasse foi de R\$ 17 milhões, mas após negociações o valor foi reduzido. O empresário Marcelo Odebrecht disse que só aceitou pagar a propina após Bendine assumir a presidência da Petrobras, já que temia que a empreiteira fosse prejudicada em contratos com a estatal. Marcelo Odebrecht e o ex-executivo Fernando Reis comprovaram que houve encontros deles com o ex-presidente da Petrobras fora da agenda oficial e em “locais escondidos” — dois num escritório de advocacia e um na casa do marqueteiro André Gustavo Vieira, acusado de ser o operador financeiro de Bendine, entre fevereiro e maio de 2015, em Brasília.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/04/2019

Seção: O País

Autor: CLEIDE CARVALHO E DIMITRIUS DANTAS

Título: Lava-Jato ainda quer repatriar R\$ 2,6 bi da Suíça

País europeu já transferiu recursos originários de investigações de corrupção envolvendo a Petrobras e a empreiteira Odebrecht. Depósito mais recente somou R\$ 34 milhões. Contas são monitoradas desde 2014

Autoridades da Suíça anunciaram ontem que já transferiram R\$ 1,4 bilhão (o equivalente a 365 milhões de francos suíços) para o Brasil em razão das investigações de corrupção na Petrobras e o caso Odebrecht, no âmbito da Operação Lava-Jato. O depósito mais recente foi feito em março passado e transferiu 9 milhões de francos suíços (R\$ 34 milhões) para o Brasil. Outros R\$ 2,6 bilhões permanecem bloqueados no país europeu. Os recursos são alvos de ações contra as empresas que tinham contas no exterior abastecidas com dinheiro do esquema de corrupção na estatal. Na última segunda-feira, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, participou de uma reunião com o procurador-geral do país europeu, Michael Lauber.

Os dois assinaram uma declaração conjunta reafirmando o desejo de continuar e intensificar a cooperação. Durante as investigações, uma série de extratos bancários de investigados foi enviada da Suíça para o Brasil como, por exemplo, do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e de contas vinculadas à Odebrecht. Entre os casos mais recentes estão quatro contas de Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, ex-engenheiro da estatal paulista Dersa e apontado como operador do PSDB. As autoridades suíças mostraram que foram emitidos 11 cartões de crédito e viagem, e a suspeita é que tenham sido usados para permitir a distribuição de propina paga por empreiteiras.

INVESTIGAÇÕES DESDE 2014

A Procuradoria-Geral da Suíça informou que as investigações em conexão com a Petrobras são realizadas desde abril de 2014 — mês seguinte à deflagração da Operação Lava-Jato no Brasil. Além do crime de lavagem de dinheiro, foram descobertos numerosos casos de suborno de funcionários públicos estrangeiros. Pelo menos mil relacionamentos bancários suspeitos com instituições suíças foram identificados e estão em curso no país cerca de 70 processos penais. Outros 15 processos criminais abertos na Suíça foram transferidos para o Brasil. As autoridades suíças afirmaram ainda que a série de casos iniciada com as investigações da Petrobras é um dos casos mais complexos que já atuaram e informaram que também lá foi formada uma força-tarefa formada por vários especialistas.

A Petrobras é a principal beneficiária dos recursos repatriados da Suíça decorrentes das investigações da Lava-Jato e atrelados a irregularidades com contratos da estatal. Em seu balanço de 2018, a empresa informou que já havia recuperado para o seu caixa R\$ 3,24 bilhões, a título de ressarcimento de danos,

previstos em acordos de leniência e acordos de colaboração e repatriação de recursos. A Petrobras é credora de recursos em 54 ações penais, onde atua como assistente de acusação ao lado do Ministério Público Federal. Somente a força-tarefa do Ministério Público Federal em Curitiba, onde começou a Lava-Jato, realizou três devoluções de valores à Petrobras entre 2016 e 2018, que totalizaram R\$ 1,892 bilhão.

DESTINO DOS RECURSOS

A Procuradoria-Geral da República (PGR) informou, por meio de sua assessoria, que o valor enviado ao Brasil pela Suíça foi decorrente de colaboração premiada e que não tem condições de detalhar a destinação dos recursos, alegando o sigilo dos acordos. Os valores ressarcidos pela Suíça foram localizados em contas mantidas em bancos do país. Eles não se confundem com os R\$ 2,5 bilhões que a Lava-Jato de Curitiba pretendia usar para formar um fundo privado, cuja origem é um acordo da Petrobras com a Justiça norte-americana. Neste caso, o valor corresponde a parte de uma multa que a estatal brasileira teve de pagar nos Estados Unidos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Como perder os 100 primeiros dias

Nestes 100 dias, o pior inimigo do governo Bolsonaro foi o governo Bolsonaro. O melhor da lua de mel de qualquer administração foi queimado num processo que deixou como saldo queda de popularidade e um grande estoque de brigas inúteis e energia desperdiçada. Na área econômica, trabalha-se com foco em objetivos concretos, que vão além da reforma da Previdência. Mesmo assim, perdeu-se tempo. De todos os erros, o pior foi na Educação que, não por acaso, no 99º dia teve troca de comando. Infelizmente não houve mudança de ideias.

Desde os primeiros dias ficou claro que o ministro Vélaz Rodriguez era a escolha errada. O presidente deixou o ministério sangrando por um trimestre, com paralisia e brigas de facções entre os assessores de Vélaz. O novo ministro Abraham Weintraub tem, como os que chegam, o benefício da dúvida. Se comandar o MEC com as ideias que defendeu em palestras e vídeos nas redes sociais, é certo que o diversionismo continuará na área mais importante do país. Se ele continuar a cruzada ideológica, perderemos o ano letivo.

Os erros na educação foram tão ruidosos que outros pontos de desacertos tiveram menos atenção que o necessário. No Itamaraty, o ministro Ernesto

Araújo tem os sintomas do mesmo tipo de delírio que o ex-ministro Vélez Rodríguez. Enquanto nos expõe ao ridículo diante do mundo, vai desmontando a Casa de Rio Branco.

No Ministério do Meio Ambiente, o ministro Ricardo Salles fez pouco e causou muito dano. Logo no começo da gestão falou que criaria um sistema de monitoramento de desmatamento. O Brasil já tem. É feito pelo Inpe, instituição de excelência científica, do Estado brasileiro, que faz o monitoramento desde 1988.

O ministro teve atuação pífia diante do desastre de Brumadinho e antes que se termine a avaliação das perdas humanas e ambientais ele já propõe que a Vale faça uma conversão das multas. Ele demitiu os 27 superintendentes do Ibama. O órgão desconsiderou o parecer dos técnicos e autorizou o licenciamento para exploração de petróleo em áreas de alto risco. Salles não está dando nova orientação à pasta. Está destruindo o arcabouço institucional de proteção da biodiversidade. É o ministro do desmonte ambiental.

O governo Bolsonaro se desgastou porque quis. Atacou os partidos como se eles fossem sinônimos de corrupção, ignorando que com 52 deputados não se consegue maioria num colégio de 512. E sem maioria não se aprovam projetos, nem se governa. E mesmo esses 52 do partido do presidente já se dividiram e tiveram até brigas públicas.

Uma pesquisa com parlamentares, divulgada ontem pela XP, mostra que subiu de 12% para 55% os deputados que consideram ruim ou péssima a relação da Câmara com o Planalto. No começo do ano legislativo, 57% achavam que o relacionamento era bom ou ótimo. Agora, apenas 16% fazem avaliação favorável.

O presidente espalhou a impressão, por suas declarações, de que desta forma está evitando a corrupção. Confunde o ato político de dialogar com as práticas ilegais. Melhor faria se explicasse o que aconteceu com o laranjal do ministro do Turismo ou com os depósitos estranhos dos funcionários do gabinete do agora senador Flávio Bolsonaro.

A área econômica, uma das poucas que se salva, errou quando aceitou fazer um projeto de Previdência novo. Poderia ter aproveitado a emenda do governo anterior que já estava tramitando. Com uma emenda aglutinativa poderia melhorar o projeto. Até no governo admite-se que isso foi um erro. Com os canais de diálogo com o Congresso entupidos, o governo tem que cumprir passos que já haviam sido dados na reforma da Previdência. Ontem o projeto ainda batia a cabeça na CCJ. E há outras reformas que precisarão de boa negociação com o Congresso.

O presidente e seus filhos continuaram a artilharia nas redes sociais mirando os adversários ou supostos oponentes. Estão atingindo o próprio governo. Perderam tempo e energia que deveriam dedicar à busca de solução para os problemas do país. Em alguns casos cometeram crime de divulgar notícias falsas. O que de fato o governo ganhou com isso foi a confirmação da crítica de que o presidente Jair Bolsonaro não estava preparado para governar. Ganhou um mandato, já pensa no próximo e ainda não sabe o que fazer para administrar o país.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/04/2019

Seção: O País

Autor: MANDA ALMEIDA

Título: CPI quer bloquear bens de ex-diretores da Vale

Comissão pede ao Ministério Público que entre com ação contra quatro ex-dirigentes da empresa, entre eles o ex-presidente Fabio Schwartsman. Valor proposto é de R\$ 5 bilhões, a ser completado com recursos da mineradora

A CPI de Brumadinho decidiu ontem pedir à Procuradoria-Geral da República (PGR) que seja ajuizada uma ação cautelar de indisponibilidade de bens de quatro dirigentes da Vale: o presidente afastado, Fabio Schwartsman; o diretor-executivo afastado de Ferrosos e carvão, Gerd Poppinga; o diretor afastado de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e carvão, Lúcio Cavalli; e o diretor afastado de Operações do Corredor Sudeste, Silmar Silva. O pedido foi feito com base em informações da investigação do Ministério Público e da Polícia Federal, somadas aos depoimentos já ouvidos pela CPI. “As quatro pessoas físicas indicadas no presente requerimento ocupam cargo mínimo de direção na Vale, em áreas diretamente relacionadas ao fato, e tinham, portanto, condições de evitar o crime, caso tivessem tomado as providências adequadas, principalmente levando-se em consideração o ocorrido em Mariana”, escreveu o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), no requerimento aprovado pelos colegas.

Os senadores querem que sejam bloqueados R\$ 5 bilhões “de forma solidária entre as quatro pessoas físicas indicadas”. Caso o patrimônio deles não some esse valor, a proposta do requerimento é que a Vale complemente com o que faltar. Para chegar ao total, Randolfe cita uma série de estimativas. Entre elas, o valor de indenização previsto em um documento da Vale anterior ao acidente. “Em que pese não ser possível uma maior exatidão na estimativa no valor necessário à integral reparação dos danos, apenas para se ter noção, a própria Vale calculou o valor da vida em US\$ 2,6 milhões. Utilizando-se tal valor para as 310 vidas, considerando-se os desaparecidos, chegaríamos ao valor de US\$ 806

milhões, que, no câmbio de 03.04.2019 resulta em R\$ 3,103 bilhões. Isso apenas em relação ao dano moral para os parentes das vítimas”, pontua o senador.

Para o relator da CPI, senador Carlos Viana(PSD-MG), os dirigentes têm se eximido, nos depoimentos, de qualquer responsabilidade. — Até o momento foram bloqueados R\$ 11 bilhões do caixa da Vale, que são para as indenizações gerais. (...) O grande problema é que eles querem jogar só para a empresa a responsabilidade. Ninguém assumiu absolutamente nada e os procedimentos todos passaram pela decisão gerencial de cada um deles — diz Viana. Ele diz que a linha de defesa dos dirigentes é a mesma: alegar que “a Vale fez o que era possível, a Vale é uma empresa de excelência”. — E, na verdade, o que a gente tem é a clareza de que os dados estavam disponíveis antecipadamente, não só dentro da empresa, mas para consultores externos e eles não tomaram as providências necessárias. Houve ali uma falha absurda —comenta.

MULTA DE R\$ 250 MILHÕES

Em janeiro, logo após a tragédia, o governo aplicou uma multa de R\$ 250 milhões à Vale, que ainda não foi paga. Na última segunda- feira, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, propôs à Vale um acordo para transformar a multa em investimento em sete parques ecológicos em Minas Gerais. Segundo o ministro, a Vale teria se comprometido, caso o acordo seja concluído, a não recorrer administrativamente da multa aplicada em janeiro passado pelo Ibama. O ministro sugeriu também que a Vale adote Inhotim, considerado o maior museu a céu aberto do mundo, que fica em Brumadinho e é uma atração turística da região.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/04/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: 6 Infraestrutura

O governo Bolsonaro realizou uma série de leilões de infraestrutura nos primeiros cem dias. O primeiro deles, em março, ofereceu à iniciativa privada 12 aeroportos. Com predomínio de estrangeiros, o certame arrecadou quase R\$ 2,4 bilhões e tem estimativa de investimentos de R\$ 3,5 bilhões em 30 anos.

A licitação pôs à prova um novo modelo de concessão, com a oferta de terminais em bloco. Todos pertenciam à Infraero. A promessa é que mais 42 terminais, incluindo Santos Dumont e Congonhas, sejam leiloados até 2022. Se o projeto vingar, serão mais R\$ 8,7 bilhões em investimentos nas próximas três décadas.

As licitações também ocorreram em outros modais. Um trecho de 1.500 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul, que une Tocantins a São Paulo, foi arrematado por R\$ 2,7 bilhões, e a previsão é de investimentos de mais R\$ 2,7 bilhões em 30 anos. No setor portuário, foram leiloadas dez áreas: seis no Pará, nos portos de Belém e Vila do Conde; três no Porto de Cabedelo (PB); e uma no Porto de Vitória (ES). A arrecadação somou R\$ 667 milhões, e o valor a ser investido deve chegar a R\$ 530 milhões em 25 anos.

O único revés, por enquanto, foram as ressalvas do Tribunal de Contas da União quanto ao leilão das rodovias BR-364 e BR-365, recomendando nova audiência pública. Os editais estavam previstos para março.

Após a primeira sequência de licitações, com projetos herdados do governo Temer, os próximos leilões devem ocorrer apenas no segundo semestre: o da Ferrogrão, ferrovia entre Mato Grosso e Pará, e o megaleilão do pré-sal. O governo pretende incluir ainda mais 20 projetos na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

A consultoria Inter B aprovou as medidas no setor até aqui. “A manutenção do PPI foi positiva, pois ele representa uma inovação institucional e tem boa carteira de projetos. Os leilões de aeroportos, terminais portuários e da Ferrovia Norte-Sul foram bem-sucedidos, embora o último tenha atraído poucos competidores. Eles exemplificam a importância da continuidade de programas.” “Fundamental, agora, é avançar na legislação para saneamento, Energia elétrica e gás natural.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/04/2019

Seção: Especial

Autor:

Título:

Minas Gerais

Unico governador do Partido Novo, Romeu Zema teve estreia marcada pela contenção de crises. Ao assumir, foi cobrado pelo décimo terceiro salário do funcionalismo, em atraso. Depois de passar janeiro revisando as contas do estado, anunciou pagamento escalonado, que, para parte dos servidores, só será concluído em dezembro.

Zema herdou dívida de R\$ 42 bilhões com fornecedores, segundo sua equipe econômica. À União, o estado deve R\$ 87 bilhões. A “salvação” é o Programa de

Recuperação Fiscal dos estados, ainda em negociação. Prefeitos protestaram, pedindo a volta de repasses aos municípios.

Além das contas públicas, Zema teve de lidar com o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. E recebeu críticas ao chamar o episódio de “incidente” — 223 mortos já tiveram a identidade confirmada.

O governo, que montou um gabinete de crise, obteve o bloqueio de R\$ 1 bilhão da Vale, além de aplicar multa de R\$ 100 milhões. Em março, foi criado o Comitê Gestor Pró-Brumadinho.

ECONOMIA

O governo tenta aderir ao Plano de Recuperação Fiscal, diante da dívida de R\$ 87 bilhões. De 21 secretarias, restaram 12, três a mais do que Romeu Zema havia dito que cortaria. Essa mudança e a extinção de cargos comissionados devem resultar em corte anual de R\$ 235 milhões.

Zema deve R\$ 8 bilhões aos municípios e diz que, desde 30 de janeiro, os repasses estão em dia. Ele prometeu leiloar 30% da frota, vendeu um jato por R\$ 2,2 milhões e acabou com a versão impressa do Diário Oficial.

Para a Tendências, Minas é um dos estados com maior fragilidade fiscal. “O ajuste corta despesas e é correto. E a venda de ativos está sendo usada para fazer caixa e evitar alta de impostos.

SEGURANÇA

O governo de Minas direcionou o foco da segurança pública para o sistema penitenciário: ampliou uso de tornozeleiras eletrônicas, inaugurou anexo no Complexo Nelson Hungria, realizou censo nas unidades e firmou parceria para contratação de presos. Enfrentou, porém, a insatisfação de agentes de segurança. A classe se uniu em protesto contra o parcelamento de salários, e Zema prometeu dar prioridade a ela. Para o Instituto Igarapé, as ações são pontuais, mas sinalizam prioridade em diagnósticos do sistema prisional, reintegração do preso e aplicação de medida alternativa. É um caminho importante, que pode romper ciclos criminais.

EDUCAÇÃO

O governador Romeu Zema enfrenta protestos de professores e ameaça de greve contra o parcelamento dos salários. Em cem dias, repassou R\$ 46,5 milhões às 3,6 mil escolas, o que havia sido interrompido na gestão anterior, e criou um grupo consultivo, formado por responsáveis dos alunos, para encontros na Secretaria de Educação.

O educador Chico Soares, ex-presidente do Inep, avalia que o governo mira, inicialmente, em enfrentar problemas administrativos:

— Repasses voltaram a ocorrer. Mas a falta de regularização dos salários dos professores impede o desenvolvimento dos projetos. Ainda não estão estabelecidas quais serão as iniciativas educacionais do governo.

SAÚDE

Em cem dias, o governo anunciou a retomada de dez obras de hospitais regionais. Obteve adiantamento federal de R\$ 164 milhões para regularizar dívidas e repasses a municípios, especialmente na região de Brumadinho. Houve troca do secretário de Saúde, cujo perfil era técnico, em fevereiro. O novo titular foi candidato pelo partido de Zema e é sócio de clínicas privadas.

Para Mário Scheffer, da USP, e Ligia Bahia, da UFRJ, a proposta de entregar prédios inacabados para a iniciativa privada ainda não saiu do papel. Há uma dupla descontinuidade administrativa na saúde caracterizada pela mudança da equipe do antigo governo e pela recente mudança do secretário.

INFRAESTRUTURA

Com as finanças em crise, Romeu Zema declarou prioridade à conclusão de obras e criou um escritório para resolver pendências. O governo avalia investir em parcerias público-privadas (PPPs) e negociar recursos junto à União.

Melhorar a malha rodoviária é um dos desafios, e o governo trabalha para vender a empresa de Energia Cemig. Na campanha, Zema prometeu desburocratizar o licenciamento ambiental, mas a ideia esbarrou no rompimento da barragem da Vale.

Na avaliação da Inter B, a ruptura política dificultou a condução de projetos, e não havia plano estruturado na gestão anterior. Há apenas estudos para privatização de estatais, sem ações concretas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/04/2019

Seção: Especial

Autor:

Título: Rio Grande do Sul

Os cem dias de Eduardo Leite (PSDB), 34 anos, à frente do governo do Rio Grande do Sul foram marcados pela profunda crise fiscal que enfrenta o estado, que tem rombo previsto de R\$ 7,4 bilhões neste ano. O governador já admitiu

que hoje só há recursos em caixa para pagar oito dos 13 salários devidos ao funcionalismo público em 2019. Diante de tal quadro, a prioridade neste início de mandato girou em torno da tentativa de ajustar as contas.

O tucano defende a necessidade de redução de jornada e salários. O tema está pendente de votação no Supremo Tribunal Federal, e o governador fez pressão para que fosse votado, o que ainda não ocorreu.

— Se temos na folha de pagamento a maior fonte de gastos, é evidente que passa pela folha de pagamento o equilíbrio das contas — disse Leite ao GLOBO no início de março.

Sem recursos, o governo Leite começa a tocar as demais promessas de campanha, mas em ritmo lento. A mais concreta é na área de segurança pública. Em fevereiro, ele lançou um programa de combate à violência.

ECONOMIA

O governador Eduardo Leite anunciou cortes de despesas anuais de R\$ 300 milhões em diárias de viagens e dispensa de carros oficiais. O tucano teve agenda com ministros do STF para autorizar a redução de jornada e de salários, dispositivo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, para estados que ultrapassem o limite de gastos com pessoal, como é o caso gaúcho.

O governo começou a rever benefícios fiscais e planos de cargos. Técnicos do Tesouro Nacional começam a negociar com o governo a entrada no Regime de Recuperação Fiscal. O salário do funcionalismo ainda não está em dia.

Para a Tendências, o estado tem um plano bom, com foco fiscal, tanto pelo lado de receitas quanto pelo de despesas.

SEGURANÇA

A frente de um estado que amarga um aumento de 58% na taxa de homicídios na última década, Eduardo Leite lançou, em fevereiro, o RS Seguro, com quatro eixos: combate ao crime, ações de saúde e urbanismo, qualificação do atendimento ao cidadão e sistema prisional. Não houve, porém, comprometimento com prazos para o cumprimento de metas nem projeção de orçamento. A integração de forças policiais civis e militares nos 34 municípios da Grande Porto Alegre já saiu do papel, com a implantação de um gabinete de gestão único.

Para o Instituto Igarapé, os primeiros passos estão corretos. Segundo o instituto, o investimento na prevenção e a articulação com municípios são fundamentais.

EDUCAÇÃO

Os salários atrasados de professores são o maior desafio. Por economia, o governo promete reduzir em até 60% o número de coordenadorias regionais de Educação. A expansão de escolas do ensino médio em tempo integral foi a melhor notícia até agora.

Para Cláudia Costin, ex-secretária de Educação do Rio, apesar da crise, Leite acerta ao priorizar a adoção de critérios técnicos e gestão moderna na pasta, além de promover uma reforma administrativa.

—A lógica tem sido a de tirar professores de funções administrativas e colocar os profissionais em sala de aula.

Ela alerta, porém, que Leite deve enfrentar com mais vigor aspectos culturais que levam a altos índices de reprovação e abandono escolar no estado.

SAÚDE

O foco do governo na área até agora foi a estruturação de um programa para regularizar a dívida com municípios, hospitais, servidores e fornecedores, estimada em R\$ 1 bilhão. O governador anunciou um cronograma e o parcelamento das dívidas que inclui o repasse de R\$ 65,5 milhões para fundos municipais de Saúde e linha de crédito para hospitais filantrópicos e Santas Casas, no valor de R\$ 90 milhões.

Na avaliação dos professores Ligia Bahia e Mário Scheffer, das escolas de Medicina da UFRJ e da USP, a prioridade conferida aos aspectos financeiros vem impedindo que o foco das ações se direcione às estratégias para solucionar problemas de saúde e não apenas das instituições e empresas credoras.

INFRAESTRUTURA

O governo pretende passar à gestão privada boa parte da infraestrutura estatal e dar continuidade ao programa de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) iniciado por seu antecessor. Anunciou programa que deve abarcar as iniciativas de desestatização nos próximos quatro anos.

No pacote, estão a privatização de estatais importantes, como a CEEE, de Energia elétrica, e a Corsan, de água e esgoto. Está prevista a concessão de três rodovias estaduais.

Para a Inter B, a intenção de privatizar estatais e o projeto de lei para acabar com plebiscitos para venda dessas empresas são positivos. "Além disso, já foi

tomada a decisão de prosseguir com o programa de concessões e parcerias da gestão anterior"

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 10/04/2019

Seção: Economi

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Preço do gás cairá pela metade, promete Guedes

A participação do ministro da Economia, Paulo Guedes, na XXII Marcha a Brasília e Defesa dos Municípios agradou aos prefeitos e à sociedade. No encontro, ele afirmou que o preço do botijão de gás vai cair pela metade em dois anos. Anunciou que, ainda este ano, será criado o Imposto Único Federal, que reunirá contribuições atuais que são destinadas aos cofres da União. Segundo ele, o objetivo é levar esses recursos “para baixo”, a todos os entes da federação. O ministro foi aplaudido de pé pelos Executivos municipais.

No caso do botijão, o barateamento ocorrerá dentro do plano do governo de “choque de energia barata”. O discurso ocorreu quando Guedes citava que era preciso derrubar o monopólio em todos os setores da economia, inclusive de refino de petróleo. Ele criticou o fato de a Petrobras ser a única que controla o produto no Brasil e, mesmo assim, “quebrou” nos últimos anos. “Daqui a dois anos, o botijão de gás vai chegar pela metade do preço à casa do trabalhador brasileiro”, prometeu.

Guedes lembrou que o BTU — unidade de gás — custa US\$ 12 dólares no Brasil, valor superior ao de outros países. “Nos Estados Unidos, custa US\$ 3”, comentou. “Por que no Brasil é mais caro? Porque tem monopólio. Vamos quebrar esses monopólios e vamos baixar o preço do gás e petróleo com a competição, fora a redução da roubalheira”, destacou.

O lema “Mais Brasil, menos Brasília” foi citado diversas vezes em seu discurso aos prefeitos. Ele destacou que a agenda começará ainda neste ano, com uma redução, simplificação e eliminação de impostos. “O Brasil tem mais de 50 impostos diferentes. Nós vamos reduzir isso”, afirmou. “A reforma tributária vai pegar, este ano ainda, três, quatro, cinco impostos e fundir num só. Vai se chamar Imposto Único Federal. E a boa notícia é que todas aquelas contribuições que não eram compartilhadas (com estados e municípios), e foram criadas para salvar a União, na hora que iniciarmos esse imposto, serão divididas”, disse.

Crítico ao modelo brasileiro de repartição de recursos, ele citou que a União e o

presidente têm um poder político e financeiro “imenso”. Por isso, faz parte da proposta de agenda governista atual o envio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para reestruturar a distribuição de recursos públicos, focando mais em estados e municípios.

Chamado de Pacto Federativo, o projeto “leva o dinheiro público” para a base, segundo o ministro da Economia. “O Brasil hoje está com 65% dos recursos aqui em Brasília. Aqui não falta nada. Agora, lá em baixo falta tudo. Setenta por cento do dinheiro tem que ir para baixo. E 30% aqui em cima (União), se muito”, defendeu.

O secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, também anunciou o lançamento da nota fiscal de serviço eletrônico. Segundo ele, a medida vai permitir que os prefeitos tenham condições de explorar a base de serviços. “Essa nota que estamos lançando vai permitir que todos os municípios, de qualquer tamanho, sem investimentos pesados e caros em Tecnologia da Informação, sejam capazes de arrecadar tributos com base na exploração dos serviços”, disse. “O filé tributário hoje é serviços. Os serviços é a base tributária que mais se expande no mundo todo. Eu não tenho dúvida que entre 10 e 15 anos vai representar a maior parte da base tributária explorada por todos os governo do mundo inteiro”, completou. Ele não deu mais detalhes.

Nação generosa

Durante o discurso, Guedes também enfatizou que o país está “condenando o jovem ao caminho errado”, como drogas e outros problemas sociais, quando não há oportunidade de emprego. “Desde quando faz mal trabalhar?”, questionou, ao defender a proposta da carteira de trabalho verde e amarela. A medida tem a intenção de menos direitos trabalhistas para ampliar a contratação dos jovens. Segundo Guedes, o sistema permitirá a criação de 10 milhões de empregos nos próximos anos.

“Quando lançarmos o novo sistema com encargos baixos, a antiga Previdência vai começar a desonerar a folha e também vai gerar mais empregos”, defendeu. “Sempre seremos uma nação generosa, sempre ajudaremos quem ficou para trás. Mas não ajudaremos os vagabundos, não podemos premiar corrupção e vagabundagem”, completou.

Guedes voltou a defender a reforma da Previdência e pediu o apoio dos prefeitos. Segundo ele, o país está preso num sistema condenado e injusto. “Oitenta e três por cento da população brasileira recebe menos de dois salários mínimos como aposentadoria. Para esse público, estamos baixando a contribuição de 8% para 7%”, afirmou. “Nós calculamos com que idade se aposentam os mais pobres. Mulheres: 61,5 anos. Homens: 65 anos. Em quem

essa reforma vai pesar? Sobre aqueles 17%, que são os beneficiados que entraram num concurso público, ou então numa empresa privada do pai e do tio, que começou a contribuir com 18 anos e vão se aposentar com 48 anos, 49”, defendeu.

Planos econômicos: pagamento liberado

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou atrás e decidiu ontem destravar processos de execução e cumprimento de sentença que tramitam nas diversas instâncias judiciais de todo o país envolvendo o pagamento de diferenças de correção monetária em depósitos de poupança decorrentes de expurgos inflacionários relacionados ao Plano Collor II. Em outubro do ano passado, Gilmar havia determinado a suspensão desses processos, atendendo a pedido do Banco do Brasil e da Advocacia-Geral da União (AGU), que queriam estimular a adesão ao acordo firmado entre a União e entidades representativas de bancos e de poupadores. Na prática, a nova decisão abre caminho para que esses pagamentos reconhecidos pela Justiça sejam efetuados, ainda que os poupadores não tenham aderido ao acordo homologado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 10/04/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: União pagará US\$ 9 bi à Petrobras

A disputa entre a União e a Petrobras sobre o excedente de petróleo da cessão onerosa, travada desde 2013, finalmente chegou ao fim. O acordo foi firmado ontem e ficou acertado que o governo vai ressarcir a estatal em US\$ 9 bilhões, assim poderá realizar o leilão, marcado para 28 de outubro de 2019. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) anunciou, na noite de ontem, a aprovação da minuta do Termo Aditivo. “Fruto de um longo processo negocial entre a União e a Petrobras, que resultou em solução equilibrada para ambas as partes”, segundo o **Ministério de Minas e Energia (MME)**. Segundo especialistas, estima-se que o potencial da área seja de 10 bilhões a 15 bilhões de barris de óleo equivalentes (boe) adicionais. Tais excedentes, explica, não pertencem à Petrobras, mas à União. E o governo quer leiloar esse excedente.

MME / ASCOM .